



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 6/2005

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO
DE 2005: -----**

---- Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exmos. Srs. Luís Filipe Cruz Barreto, 1.º Secretário, e o Sr. João Luis dos Santos Marques de Pinho, 2º Secretário, em substituição do Sr. Eng. Tony de Jesus Ventura. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng. Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora da Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Paulo Manuel Reigota dos Santos, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luís Manuel Neves Rocha, António Aquiles Ribeiro Cainé e Mário de Jesus Manata, não tendo comparecido os Srs. Deputados Eng. Tony Ventura, Dr. Fernando de Jesus Regateiro e o Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos. -----

---- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta dos Srs. Deputados Eng. Tony de Jesus Ventura, Dr. Fernando de Jesus Regateiro e o Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos. -----

---- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

---- **RECOMPOSIÇÃO DA MESA:** -----

---- Tendo faltado à sessão o Sr. Engº. Tony Ventura, o sr. Dr. Gabriel da Frada procedeu à recomposição da Mesa, tendo integrado a mesma o Sr. deputado João Luis dos Santos Marques de Pinho que assumiu as funções de 2º. Secretário. -----

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

-----Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2005. Devidamente, inscrito para as rectificações das actas, interveio o deputado Sr. Dr. Juan Apolinário para referir que na décima sexta linha, da página sete, respectivamente, onde se lia “Avenida Reis Batista Cera”, se deveria ler “Avenida Arrais Batista Cera”. Interveio, igualmente, o deputado Sr. Narciso Patrão para referir que na página vinte e oito, na primeira linha, respectivamente, onde se lia “que ficaria odioso”, se deveria ler “que ficaria com o odioso”; novamente, na terceira linha, da página sete, onde se lê “para não ficar odioso”, onde se deveria ler “para não ficar com o odioso”, dizendo que fazia mais sentido utilizar em conjunto o “com o” do que a palavra isolada “odioso”. Interveio igualmente o deputado Sr. Eng.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Carlos Monteiro para referir que na página cinquenta e sete, na linha cinco, respectivamente, onde se lê “elaborado o dito PDM” deveria ler-se “participado na elaboração do PDM”. Interveio igualmente o deputado Sr. Prof. Luís Lourenço, referindo-se à linha dezasseis, da página vinte, respectivamente, onde se refere “à casa da Guarda Fiscal” ou ex-casa da Guarda Fiscal na praia, não era a essa casa que o deputado se estava a referir, mas sim à casa situada próxima do Canas, que foi ali apontada como fazendo parte do Plano de Urbanização ou do PDM, não sabendo especificar, naquele momento, como de interesse municipal, e o interesse municipal a que se queria referir, ou que seria de interesse municipal a casa ir abaixo era precisamente a casa mais próxima do Canas. Depois, na página cinquenta e um, quando se falava a propósito da discussão sobre o empreendimento da Herdade do Lago Real, que também iria ser “incoerente” uma vez que iria dar aval a uma situação e que de alguma forma voltaria a trás, iria ser incoerente, mas também “consequente” com aquilo que se estava a passar. O Sr. Dr. Gabriel da Frada respondeu que a acta só poderia reproduzir aquilo que tinha sido dito na altura e não o que se queria acrescentar na presente sessão, caso contrário estar-se-ia perante uma falsificação da mesma. Passou-se à aprovação da acta, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com abstenção do Sr. deputado, Luís Filipe da Cruz Barreto, por não ter estado presente na totalidade da sessão, e depois da sua ausência ter havido um debate aceso com um membro do público. -----

---- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Inscrito para usar da palavra, interveio o deputado Sr. Carlos Milheirão para declarar que na Vala das Lavadeiras existia a Ponte João Maria Galito, sendo a segunda ponte de madeira, de sul para norte; que, junto ao mercado existia uma ponte nova que tinha sido feita e tinha sido lá colocada e que estava muito bem; que, a outra ponte a seguir, na altura da colocação da nova ponte, anteriormente referida, tinha ficado a promessa de estar, encomendada, uma outra ponte para colocar nesse sítio, mas na verdade não tinha sido colocada; que, a ponte tinha um acesso muito difícil para pessoas de mobilidade reduzida e então para pessoas de cadeira de rodas era mesmo impossível, sendo que o mesmo deputado se tinha disponibilizado para arranjar a mão-de-obra a fim de construir nesse sítio uma ponte nova se lhe fosse fornecido o material, mas o facto era que já se encontrava à espera há bastante tempo e após várias insistências não possuía esse mesmo material e a nova ponte também não se encontrava lá; que, a outra ponte, que se situava na rua que ia do Bairro do Norte para a casa do Sporting que fazia o cruzamento com o Osso da Baleia onde existia a Cooperativa, tinha um resguardo do lado do Sul partido já há uns três ou quatro anos, tendo o mesmo deputado vindo a reclamar sistematicamente a reparação desse varandim, sendo que o técnico da Câmara, o Eng. Rui Silva, teria dito que iria aproveitar esse facto para alargar um bocadinho a ponte, mas na verdade já lá iam anos e a ponte continuava na mesma e com o risco de qualquer dia cair em cima de alguém, pois haviam uns miúdos que andavam a pescar à cana e outros a brincar na vala, nunca se sabendo quando é que aquilo poderia cair em cima de algum desses miúdos e originar uma catástrofe; que, outro problema que se estava a eternizar, na Praia, que era o problema da Ponte Cabo do Mar, porque ao



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

passar, na dita ponte, com o seu carro dizia que era preciso ter pontaria para passar entre os lancis, sabendo que o objectivo das obras seria reduzir a velocidade; que, falou da ponte de madeira, da estrada que circunda a Barrinha e a Videira, relatando que um dia teria parado em cima da referida ponte, garantindo que dava medo, dizendo que já deveria estar reparada no dia anterior, para não ser reparada já no dia a seguir, constituindo a referida ponte um perigo eminente, contando um episódio, onde pensava ter salvo um autocarro de um acidente, pois o motorista de um autocarro com cinquenta ou sessenta pessoas, estava a entrar na ponte, embora existisse na entrada da ponte uma placa que limitava a tonelagem, mas qualquer condutor mais distraído estava sujeito a seguir pela ponte; lembrou que havia quem tivesse dado a sugestão de que a referida ponte poderia servir de cofragem para ser feita uma ponte de cimento, alegava que não seria nada difícil essa execução, sendo uma questão dos técnicos colocarem os seus engenho a funcionar. Dizia que tinha sido abordado de seguida sobre reclamações que recebeu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, por parte dos moradores da Avenida Cidade de Coimbra, por causa das árvores, dizendo que enquanto as árvores eram pequeninas não causavam nenhum transtorno, mas entretanto as árvores iam crescendo e como os passeios eram demasiado estreitos e ao existir escadas de acesso a um primeiro andar de uma casa, além de irem prejudicar as casas a nível de pintura, existia, mesmo, uma árvore que já estava a embater numa caleira, de uma habitação, de um morador, tendo este morador já elaborado a sua reclamação, dizendo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que iria tentar resolver essa situação com a Câmara Municipal. Por fim, falou do início do alargamento da lota que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha sido feito, e que era uma necessidade, pois comportava ali muitos carros de vendedores de peixe e não só, mas tinha sido uma obra que tinha ficado a meio, fazia uma apelo à Câmara Municipal para que lhe fosse fornecido o material, nomeadamente o tout-venant, um camião e uma retro-escavadora para a retirada de umas areias, que ainda estavam a mais, e uma grade que para lá tinha sido pedida, pois o muro da lota sendo bastante alto poderia vir a provocar, no futuro, um acidente. -----

---- Interveio o deputado Sr. Prof. Ramiro Acena, para fazer a afirmação “Mira, menos gira”, e dizia isto porque na margem da estrada EN 334, perto da Praia de Mira, via muitas canas e muito mato, e depois nas outras estradas, também, até à rotunda da Orbitur, as estradas que partiam da rotunda que dava para o Miraoásis, as estradas que iam para o Miravillas, seriam um exemplo para as pessoas que iriam cortar o mato, devendo essas pessoas olhar para o exemplo que estava nas estradas para o Miravillas, pois o espaço entre a rotunda e o Miravillas era uma coisa bonita, agradável para quem lá passava; que, depois da rotunda para o Miraoásis, continuavam a ver algum, pouco, mato cortado mas, o qual era deixado em monte, que seria um “pasto tenro” para as chamas, era uma irresponsabilidade de quem o fazia, não responsabilizando a Câmara, mas sim a pessoa que o fazia, sendo a pessoa que o fazia, irresponsável e devia ser chamada à responsabilidade; que, deviam, ser cortadas todas as acácias, mesmo até à rotunda da Orbitur, que era uma zona lindíssima que ali estava, e o pouco que era cortado ficava em monte, a secar, com o perigo de vir a existir um incêndio, podendo vira ser um repasto para as chamas, pensando que deveria ser todo o mato cortado, pois achava que “Mira ficaria muito mais Gira”. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o deputado Sr. Dr. Manuel Castelhana para apresentar várias questões inerentes à lota da Praia de Mira, as quais já tinham sido levantadas, nomeadamente, para quando iria ser construída a nova lota, pois a lota como estava, estava num estado muito mau, já o tinha dito na penúltima sessão, e continuava tudo na mesma, não sabendo se havia projecto, não sabendo como estavam as obras; também já tendo sido chamada a atenção, por várias vezes, de que as matas naquela altura do ano ainda estavam por limpar, sendo um perigo eminente para o nosso concelho, pensava que, além de tudo o que se ia fazer a seguir, para tentar que os fogos não viessem, havia que limpar toda a zona e existiam dinheiros disponíveis para isso e parecia que nada tinha sido feito, pelo menos, a não ser à beira da estrada em alguns sítios e “amanhã”, num verão que se esperava quente, se não houvesse esse cuidado, iríamos ficar numa situação muito má; também chamava a atenção em relação aos jacintos que começavam a proliferar, dizendo que naquela altura se gastavam centenas, e daí a uns meses, milhares não chegavam. -----

---- Devolvida a palavra ao representante do Executivo, no sentido de ser dada resposta às intervenções anteriores, o Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que, relativamente à questão do deputado Sr. Carlos Milheirão, referindo-se à ponte que se tinha prontificado a fazer, numa conversa tida entre ambos, tinham falado que a ponte estava encomendada, podendo dizer que a ponte estava no armazém, naquele momento, tendo chegado num daqueles dias, a qual seria montada, e se não houvesse disponibilidade, agradecia a disponibilidade do Presidente da Junta, para fazer essa montagem dessa ponte que achava de uma extrema necessidade, e agradecia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

exactamente ter feito essa nota. Quanto à situação da Rua do Sporting, disse que tinha tomado nota dessa situação do resguardo, que pensava, que prontamente viria a ser feito, porque era uma situação de tão fácil acesso que seria fácil de resolver. Na ponte da Barrinha, estavam para serem colocadas, não sabendo se já estavam colocadas naquele momento, três barreiras pequenas para tentar diminuir a velocidade, não sabendo, se os Srs. deputados já teriam por lá passado, tinham andado a pregar a ponte de um lado, andando mesmo um funcionário até depois da hora de expediente, mas o que acontecia era que a velocidade dos carros era tanta que partiam os pregos, pregos esses que não eram pregos, eram cavilhas, e os indivíduos passavam ali a 100Km/h e partiam os pregos, que a solução que se previa, seria colocar tábuas na horizontal e/ou vertical, para tentar diminuir a velocidade e fazer as bandas no início da ponte, porque num dia prega-se a ponte e no outro dia já estavam os pregos e as tábuas completamente arrancadas devido à velocidade; que, mesmo no dia anterior, quando o carpinteiro, o Sr. Moitinho andava a trabalhar, só não foi atropelado por um carro porque não calhou, pois o carro passou a uma velocidade que nem sequer ligou se estavam ali a trabalhar, e um dia iria ali acontecer uma desgraça, porque os carros passavam ali a uma velocidade extrema. Quanto aos passeios também foi tomada nota, pois existiam árvores que estariam a prejudicar alguns moradores, mas como sabiam foi lá cortada uma árvore num determinado sítio da avenida e foi feito logo um caso porque se andava a cortar árvores com alguma dimensão, portanto não se sabia bem o que havia de ser feito, pois as pessoas, umas achavam que as árvores lhes estavam a estragar as suas casas, e era o caso da árvore que estava a estragar uma caleira, a outra parte era tentar resolver a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

questão e depois virem dizer que se andava a deitar as árvores a baixo, e era sempre muito complicado, de qualquer maneira tinha tomado nota da situação. Quanto à lota, havia uma falha, pois tinham ficado de colocar na lota algum material e em relação ao resguardo, este estava encomendado para se fazer, mas faltava o material que o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha pedido, e isso era uma verdade, e dentro das possibilidades achava que convinha que se levasse para lá algum material, porque era um espaço que devia ser melhorado. -----

---- Relativamente à questão colocada pelo deputado Sr. Prof. Ramiro Acena, da afirmação “Mira menos Gira”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, já referira nesta sessão de assembleia, que todo o concelho estava coberto com projectos, não se devendo estar a dizer que tem de ser a Câmara Municipal a fazer limpeza das florestas, porque toda a gente sabia que não era a Câmara Municipal que fazia a limpeza mas sim a Direcção Geral dos Recursos Florestais; que, tinha questionado a Eng.^a Hilária relativamente a toda a situação dos projectos, tendo dito que toda a área florestal estava coberta para fazer a limpeza; que, tinha dito isso na reunião de câmara, dizia-o ali também, numa reunião sobre os fogos florestais no Governo Civil, passados três ou quatro dias tinha havido uma polémica na Assembleia da República e tinha feito questão, pois nesse mesmo dia houve duas ameaças de fogos, a norte e a sul, no concelho, de telefonar ao Dr. Henrique, Governador Civil de Coimbra para dizer que não concordava minimamente com as palavras e as frases utilizadas por um indivíduo que tem responsabilidade a nível dos bombeiros e que embora Mira fosse uma Câmara pequena que se colocava à disposição do Sr. Governador Civil para resolver, em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

conjunto, tudo aquilo que fosse necessário, não achando bem os comentários que tinham sido feitos, dizendo ainda que teriam que unir esforços, para combater o que achava que era uma praga, que eram os fogos florestais, e que devíamos estar todos unidos; que, não tendo uma resposta directa, relativamente aos processos que estavam no IFADAP, na fase inicial iriam ser vistas em termos orçamentais, as verbas, ninguém entendia muito bem, porque é que havendo verbas que eram de fundos comunitários, havendo projectos que estavam autorizados e aprovados, para onde é que tinham ido essas verbas, e isso questionava-se, o Governo Civil questionava, como questionava a Eng.^a Hilária, na breve reunião que tinham tido, havendo projectos comparticipados como é que era possível explicar para onde tinham ido essas verbas, com certeza que tinham sido utilizadas noutros sítios, que não aqui, nesta situação, o que a Câmara Municipal poderia fazer seria pressionar as autoridades, já havia os projectos feitos, relativamente à limpeza das florestas, no penúltimo ano tivemos a ajuda da DRABL, no último ano a ajuda da Direcção Geral de Recursos Florestais, porque houve a separação, e este ano não existiam verbas para serem colocadas as pessoas a trabalhar, a Direcção Geral de Recursos Florestais não tinha recursos suficientes; que, se tinha tentado limpar parte da água do Lago do Mar, limpando toda aquela areia para cima, tinham sido criticados por algumas pessoas mas o que lá estava era uma vergonha e tivemos problemas porque, diziam que existia lá um pássaro que criava cinco vezes ao ano, e nós tivemos de ficar a olhar e deixar a Praia de Mira, que nós achávamos que podia ter outro tipo de limpeza e a Câmara prontificou-se a fazê-lo e aquilo que aconteceu foi que realmente não tinha sido dada autorização. Quanto à lota, havia uma determinada



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

localização, e naquele momento estavam a aguardar o parecer da CCDDR mas a nota que existia era a de que a lota não ia ser autorizada no local inicialmente proposto, e aquilo que se pretendia era que essa mesma lota fosse mandada para a zona a perto da ETAR; que, evidentemente que essa situação seria sempre uma situação complicada pois existiam os pescadores que não iriam querer essa lota mais para o norte, aquilo que iria existir era uma luta entre os pescadores que não iriam saber onde é que iriam querer essa mesma localização, de qualquer forma é não havia nenhuma informação escrita a dizer o contrário, mas em principio o parecer para a lota ia ser negativo na localização prevista; que, tinha havido uma outra ideia, no sentido de que o projecto da lota que seria feito junto ao Bairro Norte ser exactamente utilizado o mesmo projecto no sítio onde ela estava, era uma questão que tinha de ser vista pelos próprios pescadores e as pessoas, os residentes na área, pois todas as pessoas sabiam que aquilo era um problema de saúde pública. Quanto aos Jacintos, disse que havia alguns Protocolos e aquilo que se estava a fazer era dar inicio à limpeza, era uma situação complicadíssima, com a qual todos os anos se deparavam mesmo que se faça a limpeza da própria Barrinha e dos próprios cursos de água, achava que neste momento não existem meios, pelo menos, em termos científicos, que não existem meios para alterarem o meio ambiente para acabar com os jacintos, aquilo desenvolve-se através dos poros, tem um desenvolvimento rapidíssimo, avançam três ou quatro metros numa semana, é uma situação complicadíssima, e havia conhecimento de nenhum estudo que impedisse o crescimento tão rápido, pensando-se que com o aquecimento das águas no Verão esse crescimento ainda era mais exagerado; que, a própria Junta da Praia já tinha feito um trabalho



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

excelente numa determinada altura, o Casalense, o Lagonense a mesma coisa, mas era sempre uma situação difícil, mas a Câmara estava atenta à situação e dentro das possibilidades da iriam ser reiniciadas mais trabalhos de remoção dos jacintos. -----

---- O deputado Sr. Dr. Luís Rocha, usou a palavra para contrariar a afirmação “Mira menos Gira”, pois tinha visto dias antes um título muito interessante que era “Mira bem Viva”, e era um pouco nessa linha que, o deputado queria colocar uma questão, e registar com agrado o forte envolvimento do ponto de vista da cultura que tinha existido em Mira nos últimos dois meses, com a Rota das Associações, o “Fórum Mirando”, depois o “Mira sem Fronteiras” e naquele momento o Campeonato Mundial de Hóquei Feminino em Patins; e, seria relativamente ao Campeonato Mundial de Hóquei Feminino que o deputado queria colocar uma questão, pois já teria ouvido diversas questões sobre o custo deste Campeonato para a Câmara de Mira, já tinha ouvido o valor de cinco mil euros, de vinte e cinco mil euros, até ao valor de cem mil euros, dizendo que todos os eventos eram bem vindos e mais, ainda, aqueles que davam visibilidade nacional ao Município, mas gostaria de ser esclarecido sobre, concretamente, quanto é que a Câmara de Mira tinha assumido, e em que termos para a realização daquele Campeonato. -----

---- Seguiu-se a intervenção do deputado Sr. Luís Pinho para apresentar três situações que o têm vindo a preocupar e a vários munícipes do concelho. A primeira situação que se passava na Rua das Pedregueiras onde não sabendo se estavam a ser efectuados alguns trabalhos de colocação de saneamento, de requalificação das valetas, porque o cheiro era mau, ali na zona onde morava o Sr. Prof. Mário Mesquita, na Rua das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Pedregueiras, ao chegar à Lagoa, havia ali um mau cheiro, os esgotos estavam a céu aberto, dando mau aspecto, e o mesmo se passava na Rua Central Sul, onde residia a Sr^a. Vereadora Lurdes Mesquita, onde as pessoas se queixavam, também que, não sabendo se será pelo facto de não existirem tampas, não sabendo qual seria o problema técnico, mas em frente ao café Santos, naquelas zonas, notava-se um cheiro desagradável a esgotos, algum problema deveria estar a suceder. Outro ponto, num daqueles dias tinha ido dar um passeio matinal, na pista pedonal em redor da Lagoa e verificou que o apoio de pista que ali estava construído, já estava aberto agradando-lhe bastante o facto de que passado tanto tempo ele estivesse a funcionar porque era uma infra-estrutura de apoio ao turista, não só ao local, mas sobretudo ao turista que nos vinha visitar, pena era que ainda não tinha luz, e era isso que o deputado queria questionar, para quando a luz lá naquele posto, se não há forma de pressionar as entidades responsáveis, nomeadamente a EDP, ou outros serviços, para que se apressassem a colocar ali a iluminação porque era necessário, porque investir não era só fazer, era preciso manter e tratar. Outra situação que o preocupava bastante e que todos os deputados eram intervenientes, era o facto de na Reunião Ordinária do dia 28 de Fevereiro de 2005, no sentido de colmatar o problema dos vencimentos baixos dos funcionários da autarquia, “no sentido de colmatar o problema dos vencimentos baixos dos trabalhadores da autarquia”, estava a ler o que o Presidente tinha dito, tinha sido feita uma avaliação no sentido de avaliar e de promover o mérito destes funcionários, portanto o que tinha sido feito, tinha sido ratificar a atribuição de méritos excepcionais a funcionários da autarquia nos termos do nº5 do artº30.º do Decreto Lei 184/89 de 2 de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Junho; que gostaria de ser informado se esta atribuição de mérito excepcional era legal, tendo em conta o disposto no Decreto Regulamentar 19-A/2004 de 14 de Maio; que, estando a consultar internet questionou o SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública), se ainda podia haver lugar à atribuição de mérito excepcional previstas neste art.º 30.º do Decreto Lei 184/89 de 2 de Junho, ao que lhe tinha sido respondido que não, uma vez que não foi expressamente ressalvado em sede da norma transitória constante no art.º 41.º do Decreto Regulamentar 19-A/2004 de 14 de Maio, a possibilidade de atribuição desta menção de mérito excepcional e tendo presente que esta mesma menção não integra o sistema de classificação de serviço mantido transitoriamente em vigor pela Administração Local, até que venha a ser aprovado o Decreto Regulamentar de adaptação do SIADAP à Administração Local, não havia possibilidade, porque esta norma habilitante tinha sido revogada, portanto este art.º 30.º do Decreto Lei 184/89 de 2 de Junho, foi revogado pelo Decreto Regulamentar 19-A/2004 de 14 de Maio, não estando de forma alguma contra os méritos excepcionais, como nenhum dos deputados tinha estado, todos os deputados tinham aprovado por unanimidade esse mérito excepcional, porque era bom que se premiasse os funcionários que mostrassem trabalho realizado, mas tinha que ser ressalvada a posição da Assembleia porque ao aprovar-se algo que padecia de um vício grave, porque esse era um vício grave, visto que já tinha sido revogado, poderia incorrer-se em alguma responsabilidade, pensando que estavam a fazer algo ilegal e era essa a questão para o executivo, se tudo estava conforme, se poderiam estar descansados, ou incorriam numa falha, fazendo o deputado “mea culpa” porque não se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha preparado suficientemente, preparando-se à posteriori, mas crendo que o executivo, sendo ele a apresentar a proposta, e confiando, no bom saber, e no “savoir-faire” que os serviços administrativos tinham mostrado desde sempre, gostaria que lhe fosse esclarecido se de facto aquela atribuição de mérito excepcional, padecia de algum vício e qual seria a forma de havendo invalidade, se resolver a situação. -----

---- O deputado Sr. Paulo Reigota interveio para dizer que na Praia de Mira a sinalização horizontal na estrada quase não se via, existindo passadeiras pouco visíveis, lugares de estacionamento pouco visíveis, dando-se assim, para quem chega à Praia de Mira, uma imagem de desleixo. Questionou se existia possibilidade de na Avenida Infante D. Henrique, se fazer o mesmo que se fez ao lado da Câmara, ou seja, em alguns locais colocar gradeamento, pois já tinha visto em algumas esplanadas da Praia crianças a fugirem dos pais e a correrem para a estrada, podendo acontecer na Praia uma desgraça, tal como tinha acontecido ao lado da Câmara. Por último, disse que tinha falado com o Presidente da Câmara, estando ambos em França, recentemente, onde tinham sido muito bem recebidos e tendo-lhe prometido colocar a questão na sessão ordinária de Assembleia Municipal, a propósito de alguns pormenores importantes que também podiam existir em Mira, designadamente, logo no início à chegada a Lagny Sur-Marne e existia uma placa onde diz “Geminção com Mira – Portugal”, pensando que seria de bom tom e ficaria muito bem, nas placas que sinalizam a nossa terra a colocação, da indicação “Geminção com Lagny Sur-Marne – França”. -----

---- Em resposta às questões colocadas pelo deputado Sr. Luís Rocha no que diz respeito às despesas que a Câmara Municipal assumiu com o Campeonato Europeu de Hóquei



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

em Patins Feminino, usou da palavra a Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita, para explicar que foi assumido 5000€ para o Federação e 500€ de taxas para o CERH (Comité Europeu RinK Hóquei), sendo estes os chamados custos directos que têm de ser pagos, acrescentando depois os alojamentos e alimentação da selecção, sendo os patrocínios e publicidade que conseguimos angariar, para a Câmara Municipal, e tendo naquele momento um patrocínio da Região de Turismo do Centro, bastante substancial, que iria pagar metade do alojamento e alimentação da selecção, além de outros patrocínios das empresas do concelho, sendo este o maior; que, quanto a transportes, havia um orçamento que rondava os 3000€, e neste momento os custos assumidos com o Campeonato Europeu de Hóquei em Patins, são os apresentados; que, é evidentemente tinham sido efectuadas obras de beneficiação do Pavilhão Municipal, tendo sido o chão raspado e envernizado, dizendo que estas obras seriam uma necessidade, mesmo sem a realização do Hóquei, além da colocação das tabelas, sendo também outra obra, o pavilhão tinha sido pintado por dentro, o placard electrónico já tinha sido adquirido anteriormente; que, o Pavilhão, com o Hóquei em Patins, acabou por beneficiar de obras que vinha a precisar há vários anos, estando convencidos de que existiam agora as melhores condições para receber o campeonato, sendo evidente de que quando foi assumida essa responsabilidade de organização do Campeonato, também o tinham feito convictos de que seria uma forma de promoção do concelho além fronteiras; que, também tinha sido criada uma mascote, que se chamava “Mirela”, não sabendo se já seria do conhecimento dos deputados, que seria um rela, que iria promover o nosso concelho e o campeonato pelas diversas partes do país, indo para os aeroportos, indo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também para um torneio de Hóquei em Coimbra, e ainda para a final de futsal no Entroncamento, sendo que a “Mirela” iria percorrer o País promovendo o campeonato de hóquei e o concelho de Mira ao mesmo tempo. Referindo-se ao apoio de pista, comentou que já estava aberto e quanto à luz que seria uma necessidade, disse que já tinha sido pedida. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que para além da luz no apoio de pista, teria estado com o Eng.º Taborda na semana anterior, tendo sido elaborado o pedido para a luz do apoio de pista e para o espaço envolvente, que realmente tem pouca luminosidade, o que faz com que alguns energúmenos da praça tenham já numa primeira fase destruído algum material daquela área; que, quanto à rua Central Sul, o próprio Presidente da Câmara telefonou ao Eng.º Fernandes Tomás, relativamente, não só a essa situação a qual já tinha sido colocada várias vezes, o qual não tem sido resolvido, tendo uma reunião marcada para o dia 5 do mês seguinte, não só para tentar resolver o problemas dos cheiros na Rua Central Sul, existindo três locais com esses problemas, na rotunda junto à estrada principal, a meio, perto de onde mora a Sr.ª Vereadora Lurdes e junto ao café Santos, pontos que já foram tentados resolver, que não se conseguem resolver, pois é uma obra da SIGRIA; que, teria falado com o Eng.º Fernandes Tomás, através do vereador Luís Balseiro tendo sido marcada uma reunião, para o dia 5, na tentativa de resolução destes problemas, para além de que o Eng.º Fernandes Tomás garantiu que viria, mesmo antes dessa reunião, ao local para ver o que é que se passava, enviar lá os técnicos, para ver o que se passava com o cheiro pois realmente era nauseabundo. Em relação à rua das Pedregueiras, era um assunto que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava a ser debelado, pois era para ser feito um determinado serviço, e foram colocados tubos na rua das Pedregueiras e quando se foi iniciar a levantar algumas pontes teve-se o conhecimento de algumas situações muito complicadas, e naquele momento tinha sido iniciado o concurso para fazer o saneamento na referida rua, em conjunto com uns tubos que estavam a ser colocados, que de alguma maneira iriam complementar, ficando com pluviais e o saneamento iria ser feito naquele espaço, pois não se podia de forma alguma estar uma ligação daqueles tubos que serviriam como pluviais, para se fazer com que haja uma descarga directa de todos aqueles produtos para a Lagoa; que, se tinha invertido essa mesma situação, tendo sido já aberto o concurso para se fazer a parte do início da rua das Pedregueiras até ao início da rua Central Sul. Relativamente às passadeiras na Praia de Mira era uma verdade, estava a aguardar-se que a empresa viesse fazer essas mesmas pinturas, tanto que, no fim-de-semana anterior teria havido um acidente lá nas passadeiras, embora as passadeiras ainda estivessem visíveis, mas aconteceu um acidente, achando que estas têm de ser de alguma maneira revistas ou avivadas as pinturas. Quanto à situação geminação com Lagny, disse que concordava plenamente com a opinião manifestada pelo Sr. deputado Paulo Reigota. Em relação ao gradeamento, respondendo também à pergunta que foi questionada quanto à ponte, o que estava a ser feito era o início da circular o qual se complementava à posteriori, tendo todas as estruturas no local e aquele processo complementasse a todo o comprimento da praia quase até à Avenida, indo levar uma pista ciclável, e ficando apenas com um sentido de cada lado para diminuir a velocidade, pois todos tinham a pretensão de que realmente a Praia de Mira tinha de ser o ex-libris do concelho, tinha de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ser defendida, mas tinha de se fazer as coisas desde o início, relatando que tinha uma carta de um utente que teria um investimento na Praia de Mira e aquilo que ele achava, pensado que seria aquilo que a maioria das pessoas na Praia de Mira achavam também, seria que o trânsito naquela vila deveria ser diminuído, deveria ser um trânsito fluente, com estacionamento, mas em que as pessoas pudessem, de alguma maneira, ter o acesso muito mais directo às casas comerciais, poderem andar a passear com os filhos, com os netos, no fundo é para ser complementado com uma pista ciclo-pedonal que ia até à avenida melhorando toda essa área, achando, que de qualquer forma que aquilo que foi feito aqui também deveria ser feito noutros sítios, como muito bem falou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira; que, na luta, era muito perigoso, se caísse lá uma criança seria muito complicado e era necessário prevenir essas situações. Em relação à questão dos méritos, colocada pelo deputado Luís Pinho, querendo disse que tinha uma opinião diferente da do deputado, assim, como têm outras Câmaras do País, de qualquer forma não ficaram de braços cruzados; que, o que aconteceu foi que tinham recebido do Ministério das Finanças e da Administração Pública, no dia 20/05/2005 uma reclamação anónima e contra a Câmara Municipal de Mira, tendi ele no dia 27/05/2005, proferido o seguinte despacho “efectuem-se diligências, a fim de averiguar se existe alguma irregularidade nesta área”, que, como quem não deve não teme, tinha mandado fazer o levantamento da situação, para levar à Reunião de Câmara, querendo dizer a todos que teria tido uma reunião com as pessoas a quem tinham sido concedidos os méritos, suspendendo assim o acto, tendo falado com essas pessoas, tendo dito o que se passava e que tinha sido feito um pedido de pareceres à CCDR, para



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

informar se havia alguma irregularidade, existindo outra Câmara Municipal que tinha elaborado esse pedido, comentando que existiam vícios que podiam ser sanados, dizendo que uma coisa eram vícios outra eram irregularidades. -----

----- Interveio o Sr. Luís Pinho, para dizer que não tinha conhecimento de qualquer queixa, e de qualquer carta anónima que tenha sido enviada à Câmara Municipal, declarando sob sua honra. Disse que irregularidade era um vício, em termos administrativos, contudo, se existir necessidade de repor a situação existente antes desta atribuição de mérito, ou seja, haver uma retroacção no tempo, a quem ia caber a responsabilidade, visto que se um funcionário subia de escalão, ia ganhar mais, se tiver de se alterar a situação “ilegal”, ali deliberada, a quem irá caber as responsabilidades, aos trabalhadores, aos funcionários que não tiveram culpa nenhuma no seu mérito, ou a outros? Reportou-se, seguidamente à Proposta de Lei n.º 137/2005, que poderia fazer circular entre os deputados e que lhe parecia que resolvia esta situação, sobretudo no que se referia às avaliações que foram feitas, em 2004, designadamente o artigo primeiro que versava o seguinte: ao serviço prestado em 2004 pelos funcionários e agentes sujeitos ao sistema integrado de avaliação do desempenho da administração pública, CIADAP, criado pela Lei 10/2004 de 22 de Março, que não tenham sido efectivamente avaliado segundo aquele sistema corresponde a qualificação que venha a ser atribuída relativamente ao desempenho de 2005, portanto que não tenha sido efectivamente avaliado, crendo que não foram efectivamente avaliados, segundo este sistema integrado de avaliação; que, o ponto dois do artigo primeiro, mencionava que “a classificação atribuída relativa ao ano de 2004 por aplicação do CIADAP, pode ser



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

substituída mediante opção do avaliado, pela que venha a ser atribuída relativamente ao serviço prestado em 2005”. Por fim, entregou o documento para que o executivo fizesse a devida análise e fossem distribuídas cópias por todos. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a referência efectuada à proposta de lei, não funcionando como lei enquanto não fosse aprovada pelo Governo, podendo ficar com cópia da proposta de lei e cópia da denuncia anónima, e como pessoa de boa fé que era, dizia que deviam ser efectuadas as diligências a fim de se averiguar se existiam algumas irregularidades nesta área, dizendo também que gostaria informar, que, quando houve conhecimento da situação, tinha sido suspenso o acto, e se houvesse alguém que tivesse de repor ordenado, seria o Presidente da Câmara Municipal de Mira a assumir, tendo isso sido dito aos funcionários, comunicando-lhes que eles não iriam ser prejudicados, estando apenas o deputado a tentar fazer um caso desta situação; que, quanto à avaliação de desempenho seria um pouco como o deputado dizia, embora, a avaliação do desempenho, já estivesse a ser feita há algum tempo. Mais disse que, assim que foi tomado conhecimento da situação, se tinha agido assumindo o Presidente da Câmara que os trabalhadores não iriam ser prejudicados, repondo, se fosse necessário repor o que tinham recebido a mais. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que não valia a pena estar naquele tipo de discussão, duvidando que em toda a administração pública, começando pelo Secretário de Estado da Administração Pública, neste momento têm ideias claras sobre a avaliação de desempenho, estando tanto mais à vontade, pois foi dos técnicos que colaborou para a lei, e curiosamente o que se dava conta era que na lei



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nem sempre, o título ou a palavra “competências” era utilizada exactamente no mesmo sentido, e quando as coisas não tinham o mesmo sentido davam naturalmente origem a interpretações distintas, e interpretações distintas davam origem a avaliações distintas; portanto, naquele momento, nem sequer a nível dos grandes técnicos, existia unanimidade, e devia esperar-se que se clarifiquem e que se organizem bem as coisas, e referindo-se aos funcionários públicos que eram todos rotulados de calões, de incompetentes, isso não era real, existindo pessoas altamente competentes as quais trabalhavam bastante, do mesmo passo que existiam também alguns funcionários públicos que não deveriam lá estar, não fazendo nada de proveitoso, nada de útil, portanto teria que se avaliar as pessoas conforme o resultado que apresentavam no desempenho das suas respectivas funções. -----

---- Usou da palavra o Sr. Luís Pinho, para dizer que o Presidente já o conhecia antes mesmo de ser membro da Assembleia, ficando então profundamente, desiludido com o facto de o Presidente pensar que ele tinha trazido o assunto para a sessão de Assembleia, para fazer um caso, crendo que poucos dos deputados que estavam presentes na sessão tinham conhecimento deste mesmo assunto que tinha extraído, da Internet, no dia 24 de Junho continuando a dizer que não tinha qualquer conhecimento sobre cartas anónimas, não tendo aliás qualquer intervenção nisso, trazendo simplesmente este assunto para a sessão de Assembleia, crendo ser um assunto que interessava a todos os deputados, pois todos eles tinham aprovado essa proposta, dizendo, o facto de outros não terem feito não é desculpa, devemos, sim, olhar para os que fazem bem e não copiar os exemplos dos que fazem mal. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Juan Apolinário, para questionar, no seguimento das questões colocadas pelo Sr. Dr. Luís Rocha, relativamente ao evento desportivo que se vai realizar, tendo a vereadora Lurdes falado em custos, podendo ter sido por lapso, não falou dos custos relativos ao alojamento, não tendo precisado os valor dos patrocínios que tinha recebido, sendo apenas uma questão de pormenor, mas a qual seria relevante. Por outro lado, disse que havia uma questão que queria aproveitar, no seguimento desse evento, e como o Sr. Dr. Luís Rocha teria dito, este tipo de eventos são benéficos, devendo com eles rentabilizar a imagem do concelho, questionando se tem agendado algum tipo de actividade, promoção, divulgação através dos média, ou localmente acções concertadas para também juntamente com o evento desportivo poder ser levada a imagem do concelho mais longe, divulgar a cultura, as riquezas culturais e ambientais; passando à questão seguinte, falou sobre a penúltima Assembleia, onde se falou sobre o caso da Herdade Real, questionando se existia alguma novidade, qual era o ponto da situação para todos ficarem de uma vez por todos esclarecidos, e recordou uma situação de um bar de apoio na Praia de Mira que não estaria devidamente licenciado, tendo sido o bar demolido, deparando-se agora com um caso semelhante, embora com repercussões diferentes, e com tratamento de forma diferente. Para terminar, referiu um assunto que tem haver com a sinalização, relatando que mesmo por baixo do local onde se encontrava, existia um semáforo à frente de uma placa de sinalização que indica a localização da Praia de Mira, a qual não está visível, estando emparedado o próprio semáforo. -----

---- Usou da Palavra o Sr. Pedro Nunes, fazendo referência a dois aspectos positivos, o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

primeiro relacionado com a bandeira azul, mais uma vez atribuída à Praia de Mira, naturalmente com o esforço conjunto da Câmara e da Junta da Freguesia, de modo a permitirem que a praia faça parte do rol das cinquenta praias douradas que constam por aí nesses sites da Internet, dando os parabéns, quer ao executivo quer à própria Junta de Freguesia, pelo trabalho que desenvolveram nesse sentido, pela manutenção ininterrupta da bandeira azul. O deputado relatou que teria passado pelos serviços de cultura tendo ficado a saber que a animação de verão deste mesmo ano na Praia de Mira iria ser feita exclusivamente com recurso a grupos, quer de folclore, quer de dança, quer de música ligeira, da nossa terra, dando os parabéns pela ideia, porque de facto são despesas simbólicas, uma vez que são meras importâncias simbólicas que são dadas a estes grupos pela sua participação, envolvendo, acima de tudo, todas as colectividades, que se dedicam a essa ocupação dos tempos livres de muita juventude, tal como aconteceu, no “Mira sem Fronteiras”, em que, quem esteve presente verificou como a juventude se envolveu, sendo muito salutar vê-los assim tão unidos, numa participação alegre, desportiva, envolvendo as diversas aldeias do concelho; quanto à animação de verão, um reparo em relação ao palco da barrinha, tendo tido outrora um fundo, ainda que muito simples, de uns palheiros, tendo este fundo desaparecido de lá, de facto seria bom que aquele palco fosse arranjado de alguma forma, dando uma sensação de nudez, pois quem passa por cima desse palco vai ficar um pouco desprotegido, com aquela parte de trás sem nada, pensando que não seria um grande investimento, mas pensava que ficaria bem a recuperação da parte de trás, tal como estava com os palheiros antigos; também um reparo que não sabia se já tinha sido corrigido, que seria em relação à energia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

eléctrica do palco, os quadros estavam bastante degradados, sendo necessário por vezes serem efectuadas ligações directas para que houvesse potência suficiente, porque os disjuntores não estavam a funcionar, não sabendo se já tinha sido corrigido, tinha de se fazer umas ligações, por vezes piratas, para que tudo pudesse funcionar. Depois fez uma chamada de atenção para a EDP, uma vez que estava a ser feita a renovação da rede eléctrica desde o cruzamento da Praia do Poço da Cruz até ao Areão, deparando-se com a colocação de postes já danificados, não sabendo se seria da responsabilidade da EDP, ou a empresa que estava a trabalhar por conta da EDP, estava a colocar postes cujo ferro no seu suporte já estava à mostra; que, mesmo exigindo que fossem postes novos, existindo postes usados em boas condições, com boa qualidade poderiam ser utilizados, mas colocar um poste de energia eléctrica quando se estavam a renovar os cabos, não tem um cabo único, são vários fios, vendo-se três ou quatro postes com lascas e com o ferro à vista, não lhe parecia muito correcto, devendo alguém de direito chamar a atenção da EDP. -----

---- Interveio o Sr. Dr. José Balugas, para dizer ao Sr. Prof. Luís Lourenço que relativamente à casa da praia, apesar do deputado possuir uma opinião diferente ou não, ela tinha sido declarada e aprovada nesta Assembleia, quando tinha sido aprovado o Plano de Urbanização da Praia de Mira, foi declarada de interesse municipal, dizendo que aquela casa abandonada de cariz privado é um pouco o espelho daquilo que está no concelho, um pouco votado ao abandono; que, já tinha ali ouvido falar dos matos, dos parques de merendes, dos parques infantis, não havendo nestes um baloiço que esteja de pé, as passadeiras, os postes eléctricos, já anteriormente referidos pelo deputado Pedro



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Nunes, a sinalização que tanto quanto o deputado se lembrava era costume ser apresentada àquela Assembleia uma alteração à sinalização da praia de mira, sendo que este ano não tinha vindo, o queria dizer que este Verão se iria continuar com a sinalização do Inverno; ainda em relação à limpeza, às canas e ao abandono, o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha sido limpo o lago do mar e que o Ministério do Ambiente alertou para um passarinho que criava cinco vezes num ano, o que acontecia era que se essa limpeza fosse feita na altura certa, ou seja, muito antes da primavera, se calhar até no Inverno, o passarinho ainda teria quatro oportunidades para criar, sendo que os outros, que só criam uma vez é que não tinham nenhuma oportunidade para criar, se a limpeza fosse feita na Primavera; entretanto, falou-se nas pontes e pareceu-lhe que o executivo só viu uma ponte em todo o concelho, mais valia que tivesse todas as outras, a de madeira que vai para o Miravillas, a do Cabeço, as pontes que o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira falou, que não sendo da competência da Câmara Municipal, mas esta podia sempre fazer alguma coisa, para se situar na concretização de uma ponte na Praia de Mira, que foi praticamente a obra de todo este executivo, ou a grande obra deste executivo, relatando que preferia que aquela obra não tivesse sido feita, dizendo que o que lá estava não cabia na cabeça de ninguém, que a justificação para a sua feitura era a diminuição da velocidade; que, as filas que a Praia de Mira tinha no Verão com quatro faixas de rodagem, duas de cada lado, eram enormes, não podendo imaginar como é que seria apenas com uma faixa; que, no Verão iria ser um caos, ainda por cima com as obras a decorrer. Em relação à lota que já tantas vezes tinha sido ali falado, parecia-lhe evidente que, sendo provisória, não se podendo fazer grandes obra,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pelo menos poder-se-ia fazer uma estrutura em madeira para que os pescadores colocassem as caixas, não no chão, onde todo o peixe cai, mas na estrutura de madeira, para que as caixas ficassem em cima de umas mesas, não seria de todo descabido, onde o investimento seria pouco e seria útil para os pescadores e para quem vai lá comprar peixe, não o ver constantemente a cair no chão, e depois ser reposto nas caixas novamente; uma nota ainda em relação aos jacintos, relatando que o Sr. Presidente disse que estes crescem muito, mas se pusessem dois ou três pescadores com umas barcas a limpar, aquilo não iria crescer tanto, sendo um pequeno investimento e que se pode resolver o problema, não definitivamente, mas temporariamente, pensando que seria útil para os pescadores que lá iam andar e para a Câmara Municipal. -----

---- Usou da palavra o Eng.º Carlos Monteiro para fazer alusão aos jacintos reforçando a palavra do Sr. Presidente da Câmara quando este disse que os jacintos eram uma praga, a qual é difícil de eliminar, aliás não iam acabar mais, a praga estava instalada, nem açoreamento, nem produtos químicos iam tirar dali os jacintos, era necessário todos estarem atentos e tentar retirá-los de lá, relatando que não concordava com aquilo que tinha sido feito, embora em alguns casos tivesse sido feito um bom trabalho, mas as margens da barrinha tinham de ser preservadas, pois tinham sido totalmente adulteradas, pisadas, existindo outros países que o faziam manualmente através de pequenas embarcações. -----

---- Interveio o Sr. Prof. Luís Lourenço para se referir à questão colocada ao Dr. José Manuel Fernandes Balugas, tendo quase a certeza de que se estivesse sob alçada dele, considerar aquela casa como de interesse municipal, que não o faria; que tinha quase a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

certeza que o deputado considerava que aquilo que lá está, estava mal, portanto a solução, nem seria de considerar de interesse municipal, e como está mal vai abaixo porque não está lá a fazer nada portanto achava que tinha alguma razão naquilo que tinha proferido; que, tinha feito o percurso ciclo pedonal em direcção à Ermida, ficando muito agradado com a obra realizada, tendo saltado aos seus olhos os jacintos, que tem uma vista muito agradável, tendo contudo consequências nefastas, que todos sabiam, não valendo a pena querermos erradicar os jacintos na lagoa, na barrinha, se não se tentasse erradicar na zona entre o Casal e a Ermida, dando-he a impressão de que existiam ali locais que nunca foram intervencionados, provavelmente não seria da responsabilidade da autarquia, a manutenção dos recursos hídricos, mas há tinha que ser exercida pressão para quem de direito, para olhar por elas, não valendo a pena intervir nos outros lados, sem antes se intervir naquele local. -----

---- Usou da palavra o Sr. Narciso Patrão, querendo congratular as obras feitas na Rua Raul Brandão, pena era que tivessem ficado incompletas, mas agora no Verão não fazia diferença porque não chovia, mas quando chovesse a lagoa continuava lá; que, tinha sido feito um arranjo de asfalto, mas o resto ficou por fazer, a sarjeta ficou tapada na mesma, não havia saída para a água que, já tinha falado nisso já no executivo anterior, ou seja, já não seria de agora, não atribuindo culpas ao actual executivo, tendo chamado também a atenção em relação à iluminação deficiente, existindo muitos moradores que lá passavam com frequência; que, gostaria de saber se, seria verdade que no túnel da Praia tinha havido lá um assalto, relatando que o túnel seria bastante propício para esses actos, pois quem lá entrar fica escondido de tudo e de todos, parecendo-lhe que existia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

qualquer coisa que não jogava muito certo com aquilo que se fez, ou seja, criou-se um problema; que, gostaria de saber o que é que se passava com as notícias dos jornais, parecendo que a Câmara teria sido condenada a pagar uma indemnização, gostaria assim que a Assembleia tomasse conhecimento do sucedido e se informasse do que se estaria a passar e qual seria o remédio, não estando aqui para condenar o executivo, antes para ver se os problemas eram resolvidos da melhor maneira possível para o concelho, achando que essas coisas tinham que de ser ditas, temos de conjugar o máximo de esforços possíveis, para que os problemas sejam resolvidos. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, comentando que tinha sido feita uma pergunta em relação à sequência do processo do Sr. Rato Frade, tendo sido efectivamente nomeado, o representante jurídico no tribunal, o advogado da Câmara Municipal, o Dr. Raul Almeida, estando o mesmo presente, para nos prestar informação jurídica. -----

---- Usou da palavra o Dr. Raul Almeida, para se referir ao aludido processo dizendo que se tratava de uma de intimação de passagem de certidão em relação ao Presidente da Assembleia Municipal; que, como todos sabiam tinha existido na providência cautelar, o visado não quis receber a correspondência, nem assinar o aviso de recepção, nem mesmo receber os fiscais da Câmara Municipal, e por esse facto, entendeu que não tinha sido disponibilizada a documentação, tendo interposto, então, a dita acção de intimação de passagem de certidão; que, posteriormente, recebeu a carta, recebeu a notificação a informá-lo que assim que a acta estivesse pronta ser-lhe-ia entregue, tendo-lhe sido a acta entregue, tendo-se dado por contente com aquela acta, tendo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também o tribunal considerado que a acta era suficiente para o pedido efectuado pelo requerente, Sr. Manuel Rato Frade, tendo essa acção ficado extinta por inutilidade superveniente; que, tanto o requerente, como o tribunal, entenderam suficiente, a documentação disponibilizada, tendo mesmo o tribunal considerado que o acto da Assembleia Municipal era correcto assim como todo o comportamento administrativo, em relação àquele processo; que, em relação a outros processos, tinham sido feitas declarações de nulidade de alguns processos de licenciamento, como era o caso do restaurante e picadeiro, designadamente o Processo de Obras 182/99, o qual tinha sido declarado nulo pela Câmara Municipal de Mira, por falta de parecer do Instituto Nacional de Desporto, que, entretanto, o Sr. Rato Frade interpôs uma providência cautelar, para suspender os efeitos dessa declaração de nulidade, relatando que as providências cautelares têm três requisitos, onde não foi dada a razão ao requerente em nenhum dos três requisitos, portanto os três requisitos são a aparência do direito, e aparentemente para o tribunal, o direito da Câmara existe, e o interesse público também têm de ser defendido, portanto resumidamente nesses três pontos fora dada razão à Câmara Municipal, sendo óbvio que esta não é uma decisão definitiva, podendo existir recurso para o Tribunal Administrativo, e só aí se poderia dizer se era definitivo ou não; que, também foi tomada uma resolução fundamentada, para que as obras parassem, o tribunal também se pronunciou em sentido positivo à Câmara Municipal, em relação a processos administrativos que decorrem, houve um parecer do Ministério Público, do Procurador junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, a dizer que ia informar todos os processos, cujos pareceres não eram vinculativos, mas eram pareceres



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que o Procurador do Ministério Público informava, e que informou todos os processos em que houve declarações de nulidade; que, no entender do Procurador, a atitude da Câmara Municipal não poderia ser outra, ou, seja, não poderia deixar de declarar nulidade dos processos de licenciamento; que, entretanto, já tinha sido contestada uma outra acção, também relativa ao Samoucal, em que era pedido que a Câmara Municipal de Mira trouxesse à Assembleia Municipal a declaração de interesse municipal, mas entendia a Câmara Municipal, e como tinha sido dito ali numa das últimas vezes pela Dr.^a Fernanda Paula Oliveira, que para haver esse interesse municipal, teria de haver uma suspensão do Plano Director Municipal, e teria de haver a elaboração de um Plano de Pormenor, ou seja, tinham sido pedidos elementos ao requerente, para que se pudesse instruir esse processo devidamente; deu como exemplo o abate de sobreiros em que tinha sido declarado o interesse municipal, com uma fundamentação de 350 páginas, fazendo parte da mesma um estudo económico, em que eram criados cerca de 400 postos de trabalho e mesmo assim, tinha sido entendido que o interesse não estava devidamente fundamentado, portanto, declarar uma situação de interesse municipal não era um processo simples, tendo este que ser muito bem fundamentado, na opinião pessoal, caso contrário o interesse municipal tornar-se-ia vulgarizado e que, o pedido de declaração de interesse municipal, não era um simples requerimento. -----

---- Interveio o Sr. Dr. José Balugas, para comentar que tinha percebido, que haveria duas possibilidades de solucionar o problema e uma delas a declaração do interesse municipal, sendo a outra a realização de um Plano Pormenor para a zona, e não as duas, tendo percebido que qualquer uma das duas seria válida. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Nelson Maltez, para referir que um Plano Pormenor teria de assentar obviamente numa declaração de interesse municipal, se bem que ela já estivesse ferida, mas bem ferida, relatando que uma coisa seria partir para uma alteração a um Plano Director Municipal, tendo em vista a prossecução de um projecto de interesse municipal, outra coisa que nunca se devia fazer, era fazer uma alteração a um Plano Municipal de Ordenamento do Território, para sanar uma ilegalidade; que, para além do mais, o Sr. Rato Frade produziu a afirmação que a Assembleia Municipal, por unanimidade, declarou o empreendimento de interesse municipal, e tanto quanto sabia, a Assembleia nunca se tinha pronunciado nesse sentido, essa afirmação tinha sido produzida por ele, produzida e escrita; que, para se para partir para uma alteração ao Plano Director Municipal teria de se fundamentar no interesse municipal, agora a declaração de interesse municipal por si só não resolvia o problema, até porque a questão tinha muitos problemas e seria bom o Sr. Rato Frade interiorizar que tem ali um problema muito grande, e se não houver a colaboração de todos, a começar por ele, que nunca o quis fazer, o problema não se resolve mais. De seguida referiu que em 22 de Novembro de 2002, foi por escrito, em carta registada com aviso de recepção, pedido ao Sr. Rato Frade elementos com vista a uma possível integração a uma alteração ao Plano Director Municipal, que o Sr. Rato Frade nunca deu resposta, aliás, ele não pretendia que o processo fosse submetido a um Plano de Pormenor, porque ele não queria aquilo como um empreendimento, uma vez que, até hoje, ainda não tinha definido se aquilo era um empreendimento turístico, se era um centro de estágios; que, seria bom que fossem tratados por igual, pois o Sr. Rato Frade que cria “n” postos de trabalho, para si era um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cidadão que merecia tanto respeito como o cidadão que chega à Câmara Municipal que tinha um único terreno no qual não podia sequer edificar, ou seja, as leis eram gerais e abstractas, aplicando-se a todos os cidadãos em território nacional. Referindo-se ao exposto pelo Sr. Narciso Patrão, disse que a situação tal como estava, peões e ciclistas a atravessarem a estrada, não era boa, existindo diversas alternativas, desde logo fazer uma passagem superior, colocar um semáforo ou de fazer uma passagem subterrânea, e chegou-se à conclusão que a passagem superior para passarem camiões por baixo era inexequível para ciclistas, o semáforo, às velocidades que ali se atingiam não seria o melhor para o local, tendo-se assim optado pela passagem desnivelada, a qual era defendida por muita gente, sabendo-se que não seria a solução perfeita, mas tinha sido considerada a melhor solução; que, assim, não se dissesse porque um individuo assaltou lá alguém, que o túnel estava mal, o que estava mal era ter havido um indivíduo que foi lá assaltar alguém. -----

---- A Sr.^a vereadora Lurdes Mesquita, usou da palavra para responder ao Sr. Dr. Juan Apolinário, sobre os custos de alojamento da selecção portuguesa, pois os custos de alojamento das restantes selecções, era com cada selecção em particular, portanto os custos de alojamento e alimentação da selecção portuguesa, o total dos custos eram 16.800€, e a Região de Turismo do Centro paga directamente ao Aparthotel Mira Villas 10.000€, restando 6.800€, mas como havia outros patrocínios, cerca de sete patrocínios no valor de 1.250€ cada um, poderia tentar propor às empresas que pagassem directamente ao Aparthotel. Informando que tinham feito contactos com todos os hotéis de Mira para saber as quantidades de alojamento e se estariam disponíveis, para acolher



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

as selecções, designadamente, a Residencial da Nossa Senhora da Conceição, a Pensão Maçarico, o Aparthotel Miravillas, e a Residencial do Mar, e porque eram precisos muitos alojamentos fizeram-se contactos fora do concelho, para o Marialva Park Hotel e para a Residencial Arcada; que, existia em Mira um empreendimento Hoteleiro que era a Quinta da Lagoa, a qual teria capacidade para acolher todas as selecções, o que seria bastante conveniente para a Câmara, pois o transporte das selecções é da competência da Câmara Municipal, logo, estando as selecções todas juntas, ia haver uma redução de custos; que, para a Quinta da Lagoa, tinham sido enviados diversos faxes, foram feitos vários telefonemas, não obtendo qualquer resposta. Informou, ainda que a selecção Inglesa ficaria na Residencial N.ª S.ª da Conceição, e ficavam quatro selecções na residencial Arcada. Quanto à promoção do concelho, todos os comunicados que saíam da Federação e até agora saíram dois, tinham sempre um pequeno texto sobre Mira, sobre a sua história, sobre as suas riquezas patrimoniais, ambientais e culturais, estando também previsto, conforme contacto com o “Expresso” a elaboração de um CD para sair numa edição daquele jornal, o qual falaria sobre o campeonato, onde iria entrar, também, um pouco da história de Mira e a referência aos patrocinadores. Em resposta ao deputado Sr. Pedro Nunes, em relação ao palco da Praia de Mira, o que foi já pedido aos serviços da Câmara Municipal, pensando que estará adjudicado, será um resguardo para o palco, mas em acrílico transparente, para permitir que se vejam o que está a decorrer no palco, nos vários ângulos. -----

---- Interveio o Sr. Narciso Patrão para reafirmar que não concordou, nem concordava com a feitura do túnel, o que tinha dito foi a forma de prevenir futuros casos, se é que se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

passou algum, uma vez que estando feito o que interessava era que não voltasse a acontecer, tendo assim que se estudar o processo para evitar problemas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Eng.º Carlos Monteiro, para dizer que o Sr. Rato Frade só podia construir com um Plano Pormenor, não conhecendo nenhum plano pormenor que permitisse a construção em cima de valas. -----

---- Interveio o Sr. Pedro Nunes para dizer que se estava a referir à parte de trás do palco, em concreto, pois da parte traseira do palco ninguém estava a ver, ficando assim, essa parte um bocado nua. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Nelson Maltez, para se responder ao Sr. Eng.º Carlos Monteiro, para dizer que sabia onde este pretendia chegar, pois não existiam no PDM os passos declarados de interesse municipal, sendo este um espaço de ocupação condicionada, sendo esta zona “non edificandi”, a menos que tenha área de um hectare, e a habitação se destine a fins agrícolas, ou a equipamentos de interesse municipal; que, o problema que ali estava era o seguinte, é que para se alterar o que lá estava, efectivamente, tinha de se ir para um Plano Pormenor, que tinha de ser precedido por uma deliberação municipal, ratificada pela Assembleia Municipal, a declarar o interesse do equipamento, e isso tinha proposto ao Sr. Rato Frade; que, o que a Assembleia Municipal não podia fazer, era andar a declarar o interesse municipal, uma área para um hotel, uma área para um restaurante, uma área para um picadeiro, ou seja, umas quantas declarações de interesse municipal, assim, o Sr. Rato Frade, deveria dizer de uma vez por todas dizer o que lá quer fazer no Plano Pormenor, para a Assembleia Municipal declarar aquilo de interesse municipal, para o conjunto; que, mesmo assim, não sabia se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

o que lá está cumpre os requisitos exigidos, por exemplo pelo turismo, nada garante que aquilo não viole outra legislação da reserva ecológica. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para saudar os dois munícipes que ali estavam, o Sr. José Távora e o Sr. Tibério Gomes, e aproveitar a presença de um dos empresários deste concelho, Sr. Tibério Gomes para dizer o que na rua se dizia no sentido que este Executivo era contra o desenvolvimento do concelho mas, as pessoas ou estavam enganadas, ou então queriam enganar os munícipes, dizendo que seria favorável a tudo o que trouxesse desenvolvimento para o concelho, e que seria favorável a tudo aquilo que se fizesse dentro das normas legais; que, gostaria de dizer que as pessoas não estavam acima da lei, para além de que o empresário em questão tinha colocado em causa a Assembleia Municipal, ao declarar em tribunal que tinha sido feita uma declaração de utilidade municipal para o empreendimento, por unanimidade, mas como todos sabem, não tinha havido qualquer votação, nem qualquer unanimidade, a unanimidade existente na Assembleia era exactamente a de ir contra as pessoas que não cumpriam as regras referidas em termos de PDM; que, existe um grupo de empresários que queriam investir numa determinada área do concelho, e aquilo que o grupo de empresários fizeram, foi dirigir-se à Câmara Municipal, dizendo que possuíam uma determinada área, queriam fazer uma construção, os serviços técnicos desta Câmara Municipal, deram ao grupo de empresários, algumas saídas para a o início do processo. Respondendo à questão colocada pelo deputado Dr. José Balugas dizendo que o executivo não fez exclusivamente a ponte da Praia de Mira, havia um dos maiores investimentos da zona centro, em termos de POE, que era a Incubadora de Empresas ----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia”:** -----

---- O Sr. Presidente da Câmara reportou-se ao Resumo Diário de Tesouraria n.º 120, de 28 de Junho corrente, o qual acusa em operações orçamentais um saldo no montante de 1.038.196,96€ (um milhão, trinta e oito mil, cento e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos). Referiu-se, ainda à informação relativa à situação financeira da Autarquia, execução do Orçamento, do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes e ainda situação de endividamento, bem como aos relatórios da Divisão de Acção Social, Cultura e Desporto e Divisão de Obras Municipais, dando, assim, cumprimento ao previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

---- Inscrito para usar a palavra, interveio o Sr. Dr. Juan Apolinário para dizer que cada dia que passava, tais documentos eram mais bem elaborados e de mais fácil compreensão; que, analisando os dados, ao contrário das afirmações do Sr. Dr. José Balugas, constatava que o Executivo ao conseguir um saneamento financeiro das contas, já tinha feito uma obra por si só de grande monta, porque conseguiu de alguma forma dignificar a Câmara Municipal e todas as entidades que prestaram serviços, e que facturavam à Câmara Municipal, ficando salvaguardadas de algumas situações complicadas para as pequenas e médias empresas, com montantes bastante elevados; no valor da dívida apresentado, realçou uma pequena questão que seria a construção da piscina municipal, tendo sido analisada diversas situações, tendo analisado o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

“factoring”, ou seja, tendo sido feito um “factoring” para parte da piscina, tendo sido feito também um financiamento para pagar a piscina, contudo a situação continua por resolver, no entanto verificava-se o acautelar de receitas com comparticipações. -----

----- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha, para falar sobre a suspensão dos contratos programa, colocando duas questões, de quanto é que se estava a falar, ou seja, quanto é que a Câmara Municipal iria receber, e não vai receber, e por quanto tempo será essa suspensão. -----

----- Interveio o Sr. Dr. José Balugas, para dizer que uma obra como a piscina municipal, para uma Câmara Municipal como a de Mira, era impossível pagá-la de uma vez, tem de ser paga faseadamente, ou seja, recorrendo ao crédito, ou então um orçamento de quatro anos não chegaria para pagar, só uma obra dessas, tem de ir pagando com o tempo; que, por outro lado, tinha de ter em atenção que tinham ficado várias obras, nomeadamente a Casa da Música, o Mercado de Mira, o Pólo Industrial II, a Zona da Videira Norte, que iria servir para habitação a preços controlados, em que não tinha sido gasto um tostão e as obras estavam praticamente prontas, contudo estavam ao abandono. -----

----- Usou da palavra o Sr. Dr. Juan António, para dizer que naquela Assembleia tinham sido consagradas duas situações, foram feitos em simultâneo dois financiamentos, um de 229.000€, para financiar a piscina, e ao mesmo tempo, o mesmo montante era feito em “factoring” também para pagar a piscina e esse dinheiro acabou por não ser para pagar a piscina. -----

----- Interveio o Sr. Dr. José Balugas, para dizer que os quatro anos que estavam a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

terminar eram sintomáticos, em relação a estas obras, como eram em relação à obra da ponte, não tendo tocado em nenhuma das obras que estavam ao abandono. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Gabriel da Frada, tendo dito que escreveu, indicou documentos, citando-os, apresentando fotocópias de documentos, falando só de uma obra, quando tinha dezassete para falar. -----

---- Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Dr. Luís Rocha, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que teria havido uma suspensão do contrato programa celebrado com a DGAL e a CCDRC. De cooperação técnica e financeira, por um despacho do Sr. Secretário de Estado – Adjunto da Administração Local, e sabendo que existem muitas dificuldades, tinha de haver alguma calma. Disse que tinham sido atribuídos lotes do pólo II da zona industrial, indevidamente, quem tinha feito a atribuição dos lotes teria sido o anterior executivo, erradamente. Relativamente à Casa da Música, disse que estava completa, tendo o actual executivo pago, em 2002, 263.079,43€, e pagou em 2003, 65.528,83€, e para terminar a obra, colocando-lhe o piso e o rodapé, gastou-se mais cerca de 80.000€, ou seja, neste momento, a Casa da Música estava completa; que, relativamente aos milhares de euros que foram gastos, são apresentadas as contas, exactamente como elas devem ser apresentadas; que nos meados do mês iriam ter início as expropriações da variante, 2ª fase, e que o nosso concelho não estava melhor, estava diferente. -----

---- Interveio o Sr. Dr. José Balugas para dizer que estavam ali para criticar e entendiam que não tinha feito obra, contudo o Sr. Presidente estava ali para se defender o que não acontecia com ataques gravíssimos que tinha ouvido ao anterior Executivo, como



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

“cheiro a corrupção”. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Gabriel da Frada, para dizer que o “cheiro à corrupção” tinha título de artigo há quatro anos, sobre essa temática, publicada nos jornais da terra.

----- Interveio o Sr. Eng.º Virgílio Roxo, para dizer que o Sr. deputado Balugas tinha falado do mercado municipal, e pretendia de transmitir a sua opinião que tem sobre este, o conhecimento que tem sobre quando este passou na Reunião de Câmara, já ali tinha sido referido, que o mercado em tempos não tinha água e não tinha luz, faltando-lhe tudo para funcionar. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha, para se referir que o executivo tinha feito o que tinha sido possível nos tempos difíceis que se atravessavam. -----

---- Interveio o Sr. Dr. José Balugas para dizer que não seria nem cego, nem surdo, nem mudo por não ter a mesma opinião. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Juan António, dizendo que a política de todos os da Assembleia era o bem do concelho, podendo existir prismas, ou visões diferentes sobre o mesmo problema. -----

---- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez, para tecer alguns comentários ao que ali se tinha passado; que, todos tinham direito à divergência de opinião, mas sendo aquele um fórum político, a Assembleia Municipal, também deveria ser um local de confronto de projectos. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, respondendo à pergunta que tinha sido feita, afirmando que tinham feito a escola das Cabeças Verdes, a ponte da Praia e o início da circular, a Incubadora de Empresas, a capela da Ermida, estradas,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

caminhos rurais, tinham resolvido um problema na Lagoa que tinha mais de 20 anos, a escola de Portomar, o Centro Cultural da Praia de Mira, a ponte da Ermida, a pista que liga até a Calvela, a cobertura do palco no Ramalheiro, os passeios nas Cavadas, o polidesportivo dos Leitões, os passeios dos Carapelhos e as estradas, a remodelação da água no Cabeço, no Casal Sobreiro, em Portomar, na rua do Salão, o saneamento de águas pluviais na rua do Salão, a estrada da Barra, o saneamento no Casal de S. Tomé, a requalificação do largo da feira de Portomar, as afectações de zonas industriais de requalificação, etc. -----

----- Interveio o Sr. Narciso Patrão, para dizer que em relação às obras se foi feito o que devia estar certo, e teria feito aquilo que podia, mas que gostaria de saber, nas obras atrasadas, pagas pelo actual executivo, se tiveram alguma comparticipação estatal, se sim, quanto recebe o actual executivo das obras que pagou que eram do anterior executivo. -----

---- Usou da palavra o Sr. João Luís Pinho, para dizer que o Sr. Presidente tinha elencado um auto de obras que tinham sido realizadas, pensando que o Sr. Presidente iria rectificar isso, pois a capela da Ermida já tinha bastantes anos, para que ficasse rectificado em acta, foi sim uma capela mortuária. Por outro lado, não deveria referir-se ao Partido Socialista porque não teve qualquer intervenção nas obras. -----

---- Interveio o Sr. Presidente para referir que concordava plenamente com a pergunta colocada pelo deputado Luís, sendo que quando fala no executivo, não tem nada haver como Partido Socialista, pois existem pessoas do PS, como existem noutros partidos, que tem ideias totalmente diferentes destas, fazendo questão de dizer, na imprensa, “não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quero fazer ataques pessoais a ninguém, existindo formas diferentes de fazer política”. -

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha, lembrando que tinha estado naquela Assembleia oito anos, como oposição, sabendo o que é ser da oposição, tentando ser justo e sério, sempre defendem o executivo, mesmo o anterior, naquilo que achava estar bem, discordando também, algumas vezes. -----

-----PONTO DOIS: Aprovação nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia do Seixo, no âmbito da vigilância móvel à eclosão de fogos florestais. -----

---- O Sr. Presidente interveio para pedir licença para se ausentar, ficando os Vereadores, para responder às questões. -----

---- Inscrito para usar da palavra, interveio o Sr. Carlos Milheiro para questionar porque é que a Junta de Freguesia tinha chegado àquele protocolo com a Câmara Municipal, pois o executivo desde o seu início afirmava não haver protocolos com as Juntas de Freguesia; que na Reunião de Câmara, “considerando que a Junta de Freguesia do Seixo manifestou disponibilidade para o desempenho eficaz da vigilância móvel...”, falando do parecer do Coordenador Municipal da Protecção Civil, contudo não tinha encontrado nada sobre essa informação. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha para dizer que cederia de bom grado a quem quisesse aceitar, uma qualquer associação, por ser uma responsabilidade enorme, pois a causa era nobre, e todos deviam dar as mãos para defender as florestas em Mira; que a Junta de Freguesia não iria receber um euro, e a ser aprovado o Protocolo, pedia à



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal que o pagamento à Junta de Freguesia fosse feito a tempo e horas, pois a Junta não tinha um euro para adiantar aos jovens; que a Junta andava a viver há dois meses com o dinheiro dos seus membros. -----

---- Interveio o Sr. Narciso Patrão, para dizer que a Junta de Freguesia do Seixo estava de parabéns, pois teria sido a única a disponibilizar-se para fazer este serviço, chamando a atenção às restantes freguesias, principalmente as que estavam inseridas dentro da Mata. -----

---- Respondeu à questão colocada pelo Sr. Narciso Patrão, o Sr. vereador Luís Balseiro, dizendo que, no ano anterior tinha acontecido o mesmo, apesar de que os jovens que se mostraram disponíveis para fazer a vigilância motorizada, na prevenção contra incêndios, a Câmara tinha contactado com o Instituto Português da Juventude, pois este tem vigilantes, abrindo um concurso para vigilantes, no entanto os jovens, que se disponibilizaram rapidamente para o fazer, foram o Grupo de Escuteiros do Seixo; que, teve de se fazer rapidamente, devido ao tempo quente que se tem feito sentir, e porque as autoridades nacionais obrigaram, a que se fizesse uma vigilância muito rápida, e também porque os Bombeiros de Mira que tinham um grupo que faziam este trabalho, deixaram de o ter, por falta de meios humanos, sendo o Grupo de Escuteiros do Seixo a solução mais viável, por questões administrativas, e nada mais; que, tinha falado com a Junta de Freguesia do Seixo, no sentido de serem eles, os canalizadores dos subsídios aos jovens do Grupo de Escuteiros do Seixo, sendo um trabalho louvável, esperando que este ano fosse eficaz. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha, para dizer que, era um Protocolo, era o que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava apalavrado e era aquilo que estava divulgado nos editais. -----

---- Interveio o Sr. Carlos Milheirão para dizer que as contas são fáceis de fazer, são 110 dias, vezes duas equipas, a 50€ cada equipa; que continuava sem compreender porque é que só a Junta de Freguesia do Seixo é que teve conhecimento disso, porque é que os editais, estão só na freguesia do Seixo, pois não tinha visto nenhum na Praia, retirando assim, o direito aos jovens da Praia de eventualmente virem a exercer também essas funções; quanto à nobreza da causa era óptima, estava muito bem. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. Não participou na votação o Sr. deputado Paulo Reigota por se encontrar, momentaneamente, ausente da sala.-----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea n), do n.º1 do art.º53.ºda Lei n.º 269/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da criação de Unidade Orgânica Transitória, com designação de “Projecto Municipal de Modernização Administrativa”.**-----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para informar a Assembleia Municipal, do que estava a ser feito, quer no âmbito do Aveiro Digital, quer no âmbito do projecto de modernização administrativa, onde gostaria de colocar ao corrente do que foi feito ao abrigo do Aveiro Digital. Disse que nos projectos Aveiro Digital existe sempre o designado por EBP, a entidade beneficiária principal, que é aquela que faz a gestão do Consórcio, neste caso concreto o projecto SigRia, que é o Sistema de Informação Geográfica para os Municípios da Ria, a entidade beneficiária principal, isto é, aquela que está a fazer e gestão de todo o consórcio, com o qual depois cada uma das Câmaras



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

reporta, porque cada Câmara implementa no terreno a sua parte, é a Associação dos Municípios da Ria, o SigRia propõem-se desenvolver o Sistema de Informação Geográfica, nos municípios da Ria, que hoje é fundamental, na gestão do território, pois se existir um bom sistema de informação geográfica, deixam de existir problemas na elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território, sejam estes Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, ou o próprio PDM; que, as entidades beneficiárias são as onze Câmaras Municipais, que são aquelas que participam no projecto, e o objectivo é a distribuição e gestão intermunicipal de informação geográfica, como resultados finais, espera-se a criação de núcleos de sistemas de informação geográfica, em cada uma das Câmaras Municipais, o acesso público a diferentes níveis de informação geográfica, e o aumento da interacção entre os doze núcleos de informação, os onze municípios e a própria comissão executiva da Associação de Municípios da Ria; que a utilidade é exactamente melhorar a eficácia das decisões na gestão do território, tendo tido início em Janeiro de 2004 e tem de estar obrigatoriamente concluído em Dezembro de 2006, que é o prazo de vigência do POSI Programa Operacional da Sociedade da Informação, e do III Quadro Comunitário de Apoio; que, este projecto é financiado em 75%, na generalidade, em alguns casos mais do que isso; que, existia o perfil de um núcleo de informação geográfica, tem um servidor de base de dados, que através da Internet, está ligado a um scanner, que neste momento ainda não existia, tudo isto comunica para o exterior através da Web, exactamente para proteger o sistema informático, de intrusões indevidas, tendo uma firewall, para se protegerem os dados; que, o montante do SigRia, e estando a falar dos onze Municípios mais o Concelho de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Administração da Associação de municípios da Ria, é de dois milhões e quinhentos mil euros, em números redondos, sendo de despesas de capital cerca de 20% para equipamentos, e 4% para pequenas despesas; que, existiam depois despesas correntes, recursos humanos 22%, querendo referir que existem Técnicos da autarquia que estavam a trabalhar nestes projectos, aliás, a generalidade dos Técnicos estão a trabalhar nestes projectos, estando neste momento a ser pagos por este programa, e pelo programa Aveiro Digital; que tinha sido reforçado significativamente e temporariamente, pessoal na área do Planeamento Regional e Urbano, para a área de Sig, para desenvolver estes projectos, de qualquer das formas desde os Técnico, os Topógrafos, até ao restante pessoal, a maior parte, estava a ser paga por estes projectos; que havia também a aquisição de serviço de desenvolvimento de software e integração, isto é, havia aplicações informáticas, programas informáticos que estavam a ser desenhados especificamente para este fim, e depois havia que integrá-los com um conjunto de serviços, com outras aplicações já existentes, de forma a poder ser utilizado, o mais cabalmente possível; que, o Aveiro Digital tem as chamadas tarefas mandatórias que eram obrigatórias em qualquer projecto Aveiro Digital, que era a gestão, periodicamente havia a concertação entre todos os parceiros do projecto, e havia a formação que tinha decorrido no tempo e iria ainda decorrer, existindo outras tarefas que dependiam especificamente deste projecto, que era o diagnóstico de concepção de sistema que tinha sido feito em grande parte pela Universidade de Aveiro, aquisição de hardware e software, o hardware estava praticamente feito, a instalação e aceitação de hardware e software estava feita, a integração da informação existente estava a ser trabalhada,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

desenvolvimento das aplicações estava também a ser feito, a criação da intranet camarária, no caso concreto da Câmara de Mira estava concretizada, a disponibilização da informação via web criação da intranet AMRIA é com o Concelho de Administração da AMRIA, e a disponibilização da informação via web AMRIA; que, existiam também, uns fluxos de informação, existindo uma interacção entre as diversas Câmaras, entre o núcleo central, a Associação de Municípios da Ria, e os cidadãos (estes unilateralmente), enquanto as Câmaras comunicam bilateralmente para a AMRIA, e através desta comunicam entre elas. Referindo-se agora ao “Sal on-line”, que tem como objectivo modernizar os serviços num conjunto de Autarquias, este projecto, onde Sal é o acrónimo serviços autárquicos locais, on-line, porque pretende que os cidadãos tenham acesso aos serviços a partir de sua casa, onde a entidade beneficiária principal é o município de Albergaria-a-Velha sendo, este projecto foi uma ideia do Município de Mira, pura e simplesmente existiam dois projectos, que eram o sal e o sicavim, e era muito complicado uma Câmara ficar como entidade principal dos dois projectos, o resultado mais importante seria tornar os serviços autárquicos mais eficientes e eficazes e disponibilizá-los aos munícipes através da Internet, a utilidade era simplificar, harmonizar e reduzir os tempos de resposta nas relações entre as autarquias e os munícipes, o orçamento, e estamos a falar para as cinco Câmaras, Albergaria a Velha, Aveiro, Mira, Murtosa e Ovar, e são estas cinco Câmaras que tinham aplicações informáticas de AIRC, havendo um projecto com Águeda, Ílhavo e Estarreja, porque tem aplicações da Médiadata, o inicio foi em Janeiro de 2004 e vai ter de estar terminado em Dezembro de 2006; o que se pretende fazer com o “Sal on-line” é uma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

reengenharia de processos, isto é, tentar, eventualmente, tornar mais simples os processos, tentando também uma visão integrada da relação com os munícipes, a centralização dos recursos e dos conhecimentos; na reengenharia de processos é identificar o estado actual de cada um dos municípios, pretende-se uniformizar formulários, procedimentos e metodologias, isto é o munícipe nestes cinco municípios é atendido da mesma forma, desenhar procedimentos adequados à realidade, criar manuais de atendimento, implementar projectos piloto de modernização, desenvolver e adaptar as aplicações informáticas, com a ajuda da AIRC, formar recursos humanos, monitorizar os processos para uma melhoria contínua; que, a visão integrada da relação com os munícipes, pretendia implementar a gestão documental, diminuindo o tempo de resposta à solicitação dos munícipes, identificar com rigor o estado e a forma de tratamento dos processos dos munícipes, fornecer aos decisores a informação necessária em tempo útil e fornecer ao munícipe, qualquer que seja o canal por ele escolhido, informação rigorosa e actual dos seus processos, sendo a outra vertente uma visão integrada da relação com os munícipes, pretendendo-se integrar uma plataforma única de atendimento, facilitar o acesso a um único ponto onde se possam preencher, submeter e validar formulários, bem como aceder a aplicações de suporte, por exemplo, guias de receita, emissão de plantas, etc., pretendendo-se criar um local único onde as pessoas serão atendidas de todo e qualquer problema que tenham; que, a Câmara Municipal de Estarreja tinha criado, neste âmbito, o gabinete de apoio ao munícipe, onde tinha cinco funcionários que faziam o atendimento de qualquer assunto, tratando de tudo no mesmo local, fornecendo informação detalhada sobre o histórico da relação



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

do munícipe com a autarquia, permitindo a utilização de diferentes canais de comunicação, e-mails, faxes, etc; que, um dos objectivos era permitir que os munícipes fizessem requerimentos via web, reconhecer o munícipe e personalizar a informação que lhe é fornecida, pretendendo-se também uma centralização de recursos e de conhecimento, através de diversos meios, um dos quais a intranet, facultar o local de partilha entre os diversos serviços, disponibilizar informação de gestão e indicadores para a tomada de decisões consideradas as mais correctas, e implementar sistemas de controle de tarefas a executar, sistemas de alertas e notificações, facilitar a relação dos colaboradores com a autarquia, pretende ser um trabalho colaborativo e cooperativo; que, se pretendia que implantar uma plataforma de comunicação entre os colaboradores, e entre estes e os munícipes, quer internamente, quer externamente, implementar mecanismos de gestão de recursos partilhados, implementar agenda e directórios de utilizadores e serviços, criar espaços de debate electrónico, e promover a participação dos colaboradores no planeamento de actividades; que, se pretendia também a qualificação dos recursos na sua área de trabalho, dotar os serviços de equipamento informático adequado aos desafios, implementar, de uma forma generalizada, aplicações informáticas que facilitem o desempenho de tarefas com os recursos humanos existentes realizar acções de formação que possibilitem aos colaboradores a utilização dos equipamentos e aplicações de forma eficaz e eficiente, motivar os colaboradores de forma a que contribuam para a reengenharia do processo; que, havia um controle de execução de tarefas, a criação de indicadores que permitiam aferir o resultado das acções de reengenharia de processos, a monitorização do circuito de tratamento de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

solicitações dos munícipes, o fornecimento de relatórios de gestão e após detecção de problemas o início dos processos de melhoria, existindo processos de auditoria interna e processos de auditoria externa, para depois reportar ao Programa Operacional da Sociedade da Informação. Produtos que se pretendem do “Sal on-line”, que são desenvolver dois concentradores de serviços, a Internet e a intranet, a intranet é uma rede interna, é uma rede que permite comunicar tudo o que lá está dentro de forma eficaz, a Internet é o portal de serviço destinado aos munícipes, às empresas, juntas de freguesias, associações culturais, desportivas, sociais e recreativas; que tem três fases de execução a informação e a interação, no segundo trimestre de 2005, a integração que é colocar as aplicações a comunicarem umas com as outras, no final do terceiro trimestre de 2005, com a consulta da informação proveniente das aplicações internas, e a transacção que se deve fazer no final do segundo semestre de 2006, a submissão de processos de electrónica segura, pagamentos electrónicos era outra coisa que se pretendia também; que, a nível interno existia a expectativa de uma maior eficiência dos serviços autárquicos, com a redução de tempo e dos recursos, uma maior qualidade do planeamento e da gestão que permita também fazer isto através dos indicadores de estabilidade dos serviços, ao nível externo uma maior eficiência dos serviços autárquicos na redução de tempo e de ciclo médio dos processos e uma maior qualidade também da informação, através da redução do atendimento presencial. Os objectivos para Dezembro de 2006 eram 80% dos processos das autarquias em formato digital; 80% dos serviços disponíveis no front office das autarquias; 1000 colaboradores/funcionários nestas cinco Câmaras Municipais, com certificação em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tecnologias da informação e da comunicação; disponibilização das actas, editais e formulários; consulta de processos no site de serviços; 30% dos processos, com serviços transaccionáveis on-line; e a disponibilização do manual de atendimento on-line; que, a execução técnica e financeira em 2004 pautava-se já pela aquisição de equipamento de software informático, em 123 computadores pessoais, com monitores TFT, cinco servidores de correio electrónico, um servidor de base de dados, e software de correio electrónico, neste momento todos os membros do executivo municipal, Presidente da Assembleia Municipal, todos os funcionários municipais, tem correio electrónico, tendo dado instruções à informática para criar serviço de correio electrónico sedado na autarquia para as Associações do Concelho que assim o entendam. A execução técnica e financeira em 2004, havia trinta e cinco técnicos envolvidos das cinco autarquias, doze reuniões de consórcio, nove reuniões de grupo de taxas e licenças, oito reuniões de grupo de obras particulares, nove reuniões de grupo de gestão documental, seis reuniões para justificação técnica Internet, cinco reuniões para concertação; a execução técnica e financeira 2004/2005 é a elaboração do manual de procedimentos para taxas e licenças, prevendo-se a apresentação do projecto, nesta fase, aos executivos e colaboradores das autarquias, iniciar o projecto de certificação em tecnologias de informação e comunicação, já está adjudicada a avaliação interna do projecto, a finalização dos trabalhos das obras particulares e gestão documental, também estava quase concluída, e estando a realizar-se a reuniões de concertação, com outros projectos, no âmbito das regiões digitais, isto porque os projectos Aveiro Digital tem uma característica, devem aproveitar os recursos uns dos outros. O Sicavim, que abrange os concelhos de Mira,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Ílhavo e Vagos projecto que teve génese na Câmara Municipal de Mira, numa proposta feita pela Unave, que é uma das instituições da Universidade de Aveiro, de tratamento do cadastro digital que a Câmara já tinha adquirido ao Instituto Geográfico de Portugal; que, como os projectos Aveiro Digital devem abranger o maior número possível de autarquias, e dado que o IGP, tinha o cadastro de Lavos e Ílhavo, tinha-se avançado para um projecto comum, que seria o sistema de informação cadastral, Vagos, Ílhavo e Mira, Sicavim é o acrónimo de isso mesmo; visando a implementação de um sistema de informação cadastral, para os concelhos de Vagos, Ílhavo e Mira; os objectivos são promover a rápida consulta dos vários componentes do cadastro, geométrica, fiscal e jurídica, especificar normas e procedimentos de tal modo que as transacções, fusões, loteamentos e outros processos notificadores de cadastro tenham repercussão imediata no sistema de informação, alguma alteração que seja feita, deve ser imediatamente repercutida neste sistema, implementar interfaces digitalizadas ligando os diversos serviços; as tarefas são a aquisição de licenças das bases cadastrais de Ílhavo, de Vagos, implementação de uma licença de apoio simplificada, integração da base de dados do Sig no projecto do SigRia, isto é, vai encaixar, naquilo que o SigRia esteve a fazer, e a validação topológica da componente geométrica com a correspondente estruturação da componente alfanumérica, isto é, a cada parcela de terreno vai ser associado o nome do proprietário, estudos de caracterização de eventos modificadores de cadastro, justificação de normas e procedimentos de utilização e actualização, e preenchimento de base de dados com informação sobre os prédios; que, havia que criar interfaces de partilha de cadastro entre as entidades envolvidas, e a criação de interfaces de consulta



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de cadastro e interligação com os Planos Municipais de Ordenamento do Território; que, às três Câmaras cabia a responsabilidade da manutenção da base cadastral, e às Conservatórias e às Repartições de Finanças a comunicação das alterações efectuadas sobre a componente geométrica e alfa numérica; que, entretanto, iria existir uma comunicação real com o Instituto Geográfico de Portugal, a interligação do projecto com o SigRia, consistia no desenvolvimento de aplicações suportadas na estrutura do núcleo de informação geográfica, referência espacial para os processos de modernização administrativa, e a abertura dos serviços ao cidadão; que, as áreas de intervenção, eram o licenciamento de loteamentos urbanos e industriais, licenciamento e recepção de obras de urbanização, licenciamento de obras particulares, também a especificação de normas e procedimentos de utilização e actualização, que era o registo on-line das alterações efectuadas sobre a base cadastral, isto é, as Conservatórias, a Câmara e as Repartições de Finanças, toda a vez que faziam uma alteração, faziam-no on-line sobre uma base de dados, assim, em tempo real qualquer uma das outras instituições sabia o que estava a trabalhar; que, havia que definir os limites de acesso à informação, o que é que podia ficar disponível on-line, quais os impactos desta disponibilização de informação, dizendo que, quanto mais disponível estiver ao público, quanto mais informação existir, menos especulação irá existir, pois o especulador irá trabalhar com a falta de informação dos cidadãos, assim se a informação estiver disponível a todos limita a especulação, identificação dos direitos à confidencialidade dos dados, preenchimento das bases de dados com informação sob os prédios, etc. Relativamente ao SecurRia disse que era um projecto que visava criar a cartografia de modo a lidar com situações



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de catástrofe, ou a preveni-las, portanto situações de risco. O AmbiRia disse tratar-se de cartografia ambiental que permitia monitorizar aquilo que se ia passando no ambiente em cada um dos municípios. No âmbito da Modernização Administrativa e novos Métodos de Gestão, disse que era projecto interno, através de candidatura ao Programa Foral, estando uma empresa a fazer certificação da qualidade de serviços, sendo esta feita através da análise de processos, e eventualmente através da reengenharia de processos, isto é, trata-se de uma empresa externa, que visualizava o que estava a ser feito, que indicava o que entendia, aquilo que estava bem e o que estava mal, ou pelo menos questionava aquilo que entendia que está mal, elaborava o fluxograma de um determinado procedimento para ele ser o menos redundante possível, e no fim elaborava todo o procedimento de certificação da qualidade; que, a Câmara de Mira não era pioneira, pois a Câmara Municipal de Pombal tinha sido o primeiro Município a fazer a certificação da qualidade de serviços, sendo o segundo o município de Oliveira de Azeméis, estando a tentar ser o terceiro. A certificação dos serviços é precisamente a implementação de um sistema de qualidade, a formação dos recursos humanos e revalidação de competências. Estando a análise da situação da Câmara Municipal de Mira, disse que havia projectos com o envolvimento dos recursos humanos e técnicos, financiamento elevado e já protocolado, e um horizonte temporal de concretização que é muito curto, pois tudo tinha de estar concluído em Dezembro de 2006; que, a estrutura orgânica municipal estava desajustada às exigências da actualidade desses projectos, a alteração da estrutura orgânica era morosa, uma vez que requeria uma inventariação das necessidades dos recursos humanos e financeiros do município, a análise ponderada das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

valências necessárias, esperando-se que neste processo de certificação da qualidade surgissem directrizes para melhorar a estrutura orgânica da Câmara Municipal; que, a proposta trazida a esta Assembleia é a criação de uma Unidade Orgânica Transitória, isto é, uma Unidade Orgânica que irá funcionar até 31 de Dezembro de 2006, com o fim do projecto municipal de modernização administrativa, que permite reunir todos os projectos em termos de direcção e coordenação, concentrar meios humanos e financeiros, reduzir a dispersão e potenciar a concretização de esforços, e um controlo mais eficaz no cumprimento dos curtos prazos estabelecidos das tarefas. Apresentando a página da Câmara Municipal de Mira, que foi elaborada internamente pelos técnicos municipais, disse tratar-se de uma página dinâmica, podendo ser alterada a partir de dentro, ou seja, a concessão, o design são da responsabilidade arquitecta Carla, e todo o trabalho de programação da equipa técnica da Câmara Municipal, do técnico Paulo e do Eng.º Frederico, que desenvolveram a programação da página, e neste momento todas as áreas técnicas da Câmara Municipal, todas as divisões, colaboraram na página; que, esta página tem a imagem que se pretende transmitir para o exterior, da imagem do turismo de Mira, as imagens das pistas pedonais, tem também os destaques, como sendo a reunião da concertação do Aveiro Digital, e o Campeonato Europeu de Hóquei, temos na Assembleia Municipal com os nomes dos distintos deputados municipais e o partido a que respeitam, tem o organigrama da Câmara Municipal, o Executivo Municipal fotografias do Executivo em permanência, a constituição do Gabinete da Presidência e os contactos, e ainda uma apresentação de todas as freguesias, o Apoio ao Município, o regulamento do PDM e do Plano Geral de Urbanização da Praia de Mira e da Lagoa,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

todas as actas desde 1998 irão constar do site, a CPCJ da acção social e da rede social, etc., como informação, disse que a ideia de criação de um Portal de Turismo, tinha surgido quando os alunos de departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, o questionaram se a Câmara Municipal não tinha nenhum projecto para eles desenvolverem no âmbito de uma cadeira, tendo-lhe falado neste projecto, ficando responsáveis por ele; que, na área de turismo podia ver-se imagens das pistas cicláveis, uma pequena galeria de fotos do património do nosso concelho, para além disso, havia o o SigRia com o Plano Director Municipal, a Reserva Nacional Agrícola, a Reserva Nacional Ecológica, e ainda a toponímia. Por último, referiu que a proposta seria criar uma unidade orgânica transitória que coordenasse todo este trabalho, até que ele estivesse concluído em 31 de Dezembro de 2006. -----

---- Inscrita para usar da palavra, interveio a Sr.^a Prof.^a Ana Baião para afirmar que, o projecto lhe parecia brilhante, espectacular, achando que deveria seguir para a frente, contudo achava que tinha visto qualquer coisa como 600.000€, questionando quem é que iria pagar. A finalizar a intervenção, sugeriu que fosse colocado um link para a página da Lentisqueira. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha para elevar a excelência da apresentação, e dizer que eram projectos oportuníssimos, na linha da eficácia e da eficiência dos serviços municipais, do atendimento ao munícipe. Disse que o computador só dava o que lá tem, tendo que haver uma mobilização muito grande de toda a equipa da Câmara Municipal, esperando que a criação desta unidade orgânica, viesse a de facto a contribuir para que em Dezembro de 2006, aquilo estivesse esteja em pleno



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

funcionamento. -----

---- Interveio o Sr. Luís Pinho, para congratular o executivo por este projecto, dizendo que seria exactamente deste projecto que todos precisavam, independentemente de falhas que pudessem, ou não, vir a surgir; que, sendo um trabalho que seria preciso, Mira ficava a par das outras autarquias que já teriam projectos semelhantes. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. José Balugas para dar os parabéns ao Sr. vereador Nelson Maltez, o Sr. Vice-presidente, e a toda a equipa que o teria acompanhado neste projecto pois estaria ali um trabalho excelente, sendo todos os adjectivos poucos para o qualificar, porque realmente se tratava de um trabalho bem feito. -----

---- Interveio o Sr. Dr. Juan Apolinário dizendo que se tratava de um projecto de louvar, dando os parabéns ao Vereador Nelson Maltez, não deixando de falar do Dr. Ângelo Lopes, que tem tido um trabalho árduo. -----

---- Usou da palavra o Sr. Pedro Nunes para perguntar de que modo é que junto das camadas mais jovens, iria ser publicitado o trabalho, visto que muitos pais não dominam as áreas da informática e da Internet, possam realmente saber todo o manancial que têm ao seu dispor e pedirem o apoio aos filhos, para tirar todo o rendimento do projecto. ----

---- Interveio o Sr. Narciso Patrão para dizer que por não perceber nada de computadores, iria debruçar-se sob outra questão, uma vez que constava: “visando alcançar níveis de excelência no serviço público a prestar, estudar e propor as medidas administrativas necessárias à implementação do projecto, nomeadamente as que se prendem com a definição do seu enquadramento e recrutamento de pessoal técnico”, pelo que questionou se seria necessário recrutar pessoal de fora, ou se o município já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

teria pessoal para integrar este gabinete. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Gabriel da Frada, para dizer que todos estavam de parabéns pois existia algo que os unia a todos, porque se estava a entender o alcance de tudo aquilo para mais tarde; que, mesmo quem não estivesse muito a par destas novas tecnologias, seria apenas necessário uma questão de informação e aposta na formação interna, sendo, claro, necessários técnicos capacitados para ir à frente. -----

---- Interveio o Sr. Narciso Patrão para dizer que é um pouco retrógrado em relação às máquinas, gostando que este projecto funcionasse bem, pois mesmo assim, era necessário o pessoal, para tratar da informação, daí a sua questão. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Nelson Maltez, para responder às questões colocadas, nomeadamente, pela Sr.^a Prof.^a Ana Baião, em relação aos custos, os 625.000€, que teria visto seria o custo global para as cinco Câmaras Municipais, ou seja, seria a dividir pelas cinco Câmaras Municipais, sendo que dos 625.000€, 75% seria pago pelo Aveiro Digital, através do Programa Operacional da Sociedade da Informação, que seria do IIIQCA; que, neste momento, a abertura da página ainda era muito lenta, mas já se estava a tentar melhorar; que, em relação ao deputado Pedro Nunes, dizendo que seria uma boa ideia divulgar pelas escolas, achou que os professores chegam aos alunos e os alunos chegam aos pais; que, em relação à intervenção do Sr. Narciso, existia pessoal técnico temporariamente contratado para este projecto, porque o próprio programa iria pagar a esses técnicos, sendo que de uma forma geral as autarquias tinham défices de técnicos, e no fim do projecto os contratos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dos técnicos terminavam também, contudo não vai funcionar sozinho, tendo de ficar alguém a manter o projecto, e a mais valia disto e aquilo que vai poupar aos munícipes e a todas as entidades por aí fora, será muito inferior aos custos que as pessoas teriam se este serviço não estivesse implementado, prevendo-se também que o próximo QCA, apontava exactamente para as áreas de investigação, e de inovação, sendo muito provável que o programa Aveiro Digital vá passar à outra fase, sendo financiado até 2013; que, pretendia canalizar todos os elogios para a equipa técnica da Câmara Municipal e da Unave, para os técnicos das diversas áreas que trabalharam no projecto

-----Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----PONTO QUATRO: Aprovação de protocolos a celebrar com a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Recreativa de Leitões e Associação Sócio-Cultural Desportiva e Recreativa do Colmeal, nos termos da alínea b) do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

---- Inscrita para usar a palavra, interveio a Sr.ª Prof.ª Ana Baião, para dizer que tinha lido a documentação que lhe tinha chegado às mãos e que não tinha percebido, julgando que fazia parte das competências da autarquia lidar com todos os encargos relativos às escolas, não percebendo qual o objectivo de estar a delegar estas competências numa Associação. -----

---- Usou da palavra o Sr. Fernando Alves, para dizer que fazia parte das duas partes que estão envolvidas, na Associação de Pais da Escola, embora não tenha poderes para o acto, pois é uma escola de facto, que tinha quatro crianças e foi alertado pela Professora que lá estava e pela Câmara Municipal, e ou se intervinha ou a escola fechava; que, a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

escola não tinha fechado porque se passaram de quatro crianças para doze crianças; que a população estudantil dos Leitões era de vinte e cinco alunos, e tinha quatro crianças na escola; tendo-se que criar apoios nomeadamente, a nível da cozinha, que foi rigorosamente a obra com mais vulto que foi feito, tendo passado de quatro crianças para treze, e tinha de ser uma obra feita rapidamente, pois ou as obras eram feitas, ou as crianças saíam, e hoje a escola estaria fechada; que, e a Associação dos Leitões, não quis isso, e ela própria iniciou as obras, para que a escola não fechasse, porque fechar uma escola é fechar um pouco daquilo que os filhos da terra são hoje, por isso achava que por 2.500€, tinha valido a pena manter uma escola aberta por mais uns anos, mesmo não sabendo quantos. -----

---- Interveio o Sr. Vereador Luís Balseiro para responder à questão colocada pelo deputado Fernando Alves, dizendo que, a Escola de Leitões estava em vias de ser suspensa por falta de frequência de crianças, detectando-se que um dos problemas que levava à fuga das crianças, seria de facto a falta do serviço de refeições, sendo que as escolas do concelho eram do tipo com uma salinha, um hall de entrada, e em boa hora a Associação dos Leitões se propôs fazê-lo em tempo útil de modo a que em Setembro as crianças estivessem a usufruir deste serviço; que, com esta rapidez de tempo, na Câmara Municipal não havia capacidade para o fazer, e não tendo esta capacidade para o fazer, bastou-lhe aproveitar a boa vontade da Associação, e como tal a Câmara Municipal não estava a fazer mais do que a sua obrigação, ao chegar a esta hora a assinar o protocolo para fazer a transferência dos 2.500€, que a Associação dos Leitões tinha gasto para recuperar um espaço, torná-lo digno, onde hoje as crianças almoçavam e se sentiam



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

muito bem; que, não era uma delegação de competências mas sim um repor de uma situação que valeu a pena. Em relação ao protocolo da Associação Cultural Desportiva Recreativa do Colmeal, como decorre da leitura da minuta, o que aconteceu é que havia um espaço, já há alguns anos, que estava um pouco abandonado, onde já tinham praticado desporto, nomeadamente futebol, e a Associação decidiu recuperar esse espaço e melhorá-lo para a prática do futsal, que a associação colaborou, dando toda a mão de obra, a Câmara tem ajudado com o material de construção e a obra está praticamente feita, e daí a assinatura do protocolo para que se possa transferir um apoio financeiro à Associação, de modo a que eles terminem, e para saldar algumas despesas que tiveram até agora. -----

---- Usou da palavra o Sr. Manuel Ferreira, para questionar, se o montante que estava no art.º 3.º que diz “montante global anual a transferir”, se esse montante é anual, ou seja, se é transferido todos os anos. -----

---- Interveio o Sr. Vereador Luís Balseiro, para dizer que a minuta é para isso mesmo, para se detectar as falhas, ou seja, dever-se-á ler “montante global a transferir”. -----

---- Seguiu-se a votação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, não estando presente na sala o Sr. deputado Fernando Alves.-----

---- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

---- **ENCERRAMENTO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

